

**RETRATO DO BRASIL, UMA LEITURA HISTORIOGRÁFICA DO ENSAIO
SOBRE A TRISTEZA BRASILEIRA**

Ruben Maciel Franklin

Doutorado em História Social (UFF)

rbnhist@yahoo.com.br

Resumo

Este artigo objetiva analisar as características da obra *Retrato do Brasil*, de Paulo Prado, escrita em 1928, a partir de uma crítica historiográfica. Traçamos as condições de escrita da mesma, situando-a na conjuntura de transformações socioeconômicas do final da Primeira República, descrevendo também suas particularidades enquanto interpretação possível da nação e da formação do sentimento de identidade nacional.

Palavras-chave: Modernismo; Retrato do Brasil; Identidade Nacional.

Abstract

This article aims to analyze the characteristics of the book *Retrato do Brasil*, written by Paulo Prado, in 1928, from the historiographical criticism. We draw the conditions of this writing, placing it in the context of social transformations of the First Republic in its last moments, also describing its particularities as possible interpretation of the nation and formation the sense of national identity.

Keywords: Modernism; Retrato do Brasil; National Identity.

Em sua obra *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*, publicada em 1928, Paulo Prado esboça uma visão sobre o caráter nacional brasileiro (PRADO, 1997 [1928]). Para ele, a tristeza constitui o sentimento dominante da nação, tendo em vista a compreensão das paixões que marcaram a época colonial, as quais: a luxúria e a cobiça, que se somavam ainda ao romantismo do século XIX.

Expoente do movimento modernista, o qual reivindicou a destruição dos moldes literários e artísticos tidos por tradicionais, o autor nos oferece uma narrativa diferenciada dos métodos utilizados na escrita histórica do período, não se atendo a datas ou eventos históricos, mas preocupando-se antes em mostrar “um militante precoce e assistemático da escola que mais tarde seria consagrada como ‘história das mentalidades’” (PRADO, 1997 [1928], P. 12). Tal se dá porque Prado envereda por caminhos ditos psíquicos em sua ambição de formular uma identidade nacional baseada explicitamente nos sentimentos.

No período em que escreveu, a sociedade paulista passava por importantes transformações: a política oligárquica cafeeira e o conservadorismo aristocrático, apesar de se manterem ativos, começaram a ser contestados. A década de 1920 marcou ainda a emergência do movimento operário e do movimento tenentista, além da fundação do Partido Comunista Brasileiro (PCB). A Semana de Arte Moderna, de 1922, ilustrara, por sua vez, a necessidade de romper com os modelos “arcaicos” que perpetuavam a politicagem excludente e corrupta. A República arrivista beneficiara proprietários e ricos comerciantes, ao passo que a pobreza e o analfabetismo continuaram a ser marca indelével da sociedade brasileira. O ideal de progresso e civilidade introduzido pela *Belle Époque*, atravessando reformas nas principais capitais do país, geria exclusão, racismo e marginalização social. (MOISÉS, 2001)

No início do século XX a literatura começara a se afastar do estilo romântico, aparecendo agora como lugar de resistência e fonte de denúncias: a “missão” era retirar os miseráveis da nação dos calabouços e constranger a sociedade com sua imagem. Os trabalhos de Euclides da Cunha e Lima Barreto se inserem nesse quadro mais amplo, quando denunciam a pobreza e exploração do sertão nordestino e as mazelas urbanas vivenciadas por grande parte da população nas ruas e cortiços da capital, o Rio de Janeiro. (SEVCENKO, 1989)

Nesse âmbito, a busca por uma identidade nacional já encontraram reduto nos escritos de Monteiro Lobato. Seu personagem *Jeca Tatu* representava a figura do caipira, expressando aí a ingenuidade, a tolice, o “abestalhamento” do povo, sem negar,

contudo, a esperteza, a qual malograda poderia culminar nos sentimentos de solidão e tristeza.

Experiências literárias inovadoras e contestadoras da ordem social se tornam um elemento insurgente e desafiador, confrontando a visão que cristalizava a imagem do Brasil como um país do futuro, detentor de exuberantes riquezas naturais, cujo povo caminhava rumo à homogeneidade, sendo caracterizado pelo esforço, trabalho perseverante e esperança de dias melhores. No entanto, a imagem de “nação perfeita” e o tom nostálgico de Afonso Celso em *Por que me ufano de meu país* destoavam em muito da realidade.

Paulo Prado, nesse sentido, encarna a consolidação de uma escrita crítica, não se deitando apenas no campo da ficção, mas caminhando na direção de um ensaio histórico que, no limite, pretendia alcançar autenticidade interpretativa pelo uso das fontes e de novas metodologias investigativas.

Por outro lado, não podemos assinalar apenas tal conteúdo crítico, tendo em vista que o Brasil da corrupção política, do descaso governamental e do “fanatismo” religioso, como bem observou Prado, é reconstituído através de um retorno as raízes da colonização portuguesa, por uma redescoberta do passado colonial, o qual é tomado por uma ótica dominante e por vezes preconceituosa: “o indígena, por seu turno, era um animal lascivo” e “a escravidão foi sempre imoralidade, a preguiça, o desprezo a dignidade humana, a incultura, o vício protegido pela lei, o desleixo nos costumes, o desperdício (...)” (PRADO, 1997, P. 74 e 124)

Desta forma, Paulo Prado se propõe a estudar as origens da nação brasileira a partir das ideologias raciais que, segundo Lilia Moritz Schwarcz, vinham ganhando espaço desde a segunda metade do século XIX (SCHWARCZ, 1993). Naturalismo, Evolucionismo e Darwinismo adentraram as instituições científicas como os Institutos Históricos, os Museus, as faculdades de Medicina e Direito, deixando marcas que permaneceriam com grande vigor pelo menos até os anos 1920. Logo, *Retrato do Brasil* está circunscrito numa zona de transição, condicionado por ideais modernos ao mesmo tempo em que absorvia as teorias evolucionistas. Dentro da concepção de raça superior, Paulo Prado anuncia a figura dos bandeirantes paulistas, os quais “representavam, porém, uma força de heroísmo anônimo e individualista, decisiva na integração do território” (PRADO, 1997, P. 109).

Não se pode desconsiderar o fato de que o autor era proveniente de família aristocrática. Recebeu educação típica dos grupos sociais dominantes no Brasil do

Segundo Reinado, tendo, nesse intermédio, cursado Direito e interagido com as correntes políticas liberais e conservadoras. Para Carlos Berriel (2000), esse conjunto de coisas fez de Paulo Prado um elo flexível entre o horizonte de ideias do século XIX e as novas ideias modernistas que eclodiram no século XX. Discípulo e mecenas de Capistrano de Abreu, se inspirou no mesmo no que diz respeito a guinada culturalista, embasando sua interpretação de Brasil colonial a partir de uma redação “marcada mais por um antiufanismo construtivo do que pelo pessimismo que se unicamente lhe atribuiu quando de sua publicação” (FREITAS, 2003, P. 19).

Na sua construção da identidade nacional, Paulo Prado admite o conhecimento do passado como fornecedor de bases para se conhecer o presente e se arriscar em previsões do futuro. Segue que, ao imaginar a luxúria e a cobiça como características que explicavam a tristeza brasileira, ele se ateve as relações de causa-consequência, numa história que caminhava sempre em linha reta: evolutiva.

O *Retrato* se divide em quatro capítulos, acrescidos de um *post-scriptum*. Os dois primeiros, que trabalham, respectivamente, a *luxúria* e a *cobiça*, sustenta a tese do terceiro, voltado para a *tristeza*. No entender de Prado, uma tristeza que é agravada pelo romantismo do século XIX, o qual é tema do quarto capítulo. Segundo ele, o homem que aportou nas terras brasileiras recém-descobertas, era produto da renascença, movido pela “ambição do ouro e a sensualidade livre e infrene” (PRADO, 1997, p. 53) Sedento pela aventura e pelo desconhecido, os conquistadores penetraram a mata virgem do novo mundo, liberaram seus desejos sexuais e se entregaram a vida de prazeres proporcionada pelo clima tropical e pela nudez das índias.

Os que primeiro chegaram à terra do pau-brasil eram, senão, os excluídos da sociedade portuguesa, sujeitos de piores índoles que foram acrescidos nos primeiros anos de colonização pelos aventureiros.

‘Eram degredados que abandonavam nas costas as primeiras frotas exploradas, ou naufragos, ou gente mais ousada desertando das naus, atraída pela fascinação das aventuras. Dessa gente, raros eram de origem superior e passado limpo’. (PRADO, 1997, P. 67)

Eram marcadamente jovens, fugitivos das amarras da civilidade europeia, que lhe impunha regras e pudor no comportamento. Uma vez nas terras brasileiras e livres da vigilância, o aventureiro se lançava a vida de prazer e volúpia, pois, tudo lhe era permitido. A mata, o isolamento geográfico, o clima quente e a nudez das nativas

teciam todo um ambiente propício à disseminação dos pecados carnis. Assim, formaram-se três núcleos de povoamento e mestiçagem: Jerônimo de Albuquerque, Caramuru e João Ramalho, pautando-se no contato destes com as tribos indígenas e o ensejo de uma vida sexual com um grande número de nativas. Valendo-se dos escritos dos cronistas da época colonial, Prado dá conta da relação frenética e constante entre portugueses de pior estirpe com as índias selvagens como responsável pela desgraça brasileira: o mestiço que povoou o Brasil.

A concubinação aparecia como traço fundamental da colônia, visto que, na ausência de mulheres brancas, os homens se jogavam ao “pecado nefando” e as “sujidades”, comportando-se como bárbaros. Sendo assim, “do contato dessa sensualidade com o desregramento e a dissolução do conquistador europeu surgiram as nossas primitivas populações mestiças” (PRADO, 1997, p. 76).

Cartas jesuíticas, relatórios de viajantes, assim como os documentos de visitaçã do Sato Ofício, reconstituíam, na visão de Paulo Prado, a vida promíscua dos habitantes da colônia: “sodomia, tribadismo, pedofilia erótica, produtos de hiperestesia sexual” (PRADO, 1997, p. 79), eram palavras mais que recorrentes. Sem deixar de lado aqui as várias ocorrências de homossexualismo eclesiástico, estupro de crianças, bestialidade e/ou leilão de virgindade feminina.

Segundo Paulo Prado, os encontros sensuais dos aventureiros com as nativas não eram marcados por sentimentalismos, mas por simples satisfação carnal, em “uniões de pura animalidade”. Eram homens maleáveis, que se adaptavam facilmente a escassez e possibilidades da vida colonial. “Moralmente, já eram mestiços” (PRADO, 1997, p. 88), entregando-se as lascívia, numa mistura que “perdurou na evolução étnica e sexual do país” (PRADO, 1997, p.90). Por isso a libertinagem sexual permanecia enquanto caráter psíquico do brasileiro.

O objetivo último do livro é a compreensão do caráter nacional, moldada ainda por outra paixão: a devastadora cobiça dos conquistadores. No entender de Prado, todo empreendimento econômico do Brasil, fosse a cana-de-açúcar do litoral nordestino e a exploração da mão de obra escrava, fosse a pecuária e o povoamento dos sertões pela civilização do couro, se fez na esperança de se encontrar ouro: “apesar do desenvolvimento agrícola em certas capitânias (...),o Brasil foi, entretanto, na lenda e na realidade, o país do ouro e das pedras preciosas” (PRADO, 1997, p. 106).

Na busca pelo metal dourado, lançaram-se os bandeirantes (homens oriundos de São Vicente), que, de acordo com Paulo Prado, desbravaram heroicamente as matas

selvagens. Apesar de serem os braços direitos da metrópole no apresamento indígena e no combate aos quilombos, os bandeirantes foram os responsáveis diretos pelo agigantamento da terra, os quais, mesmo sem elementos materiais suficientes, enfrentaram o ambiente hostil dos selvagens e expandiram as fronteiras brasileiras para além do Tratado de Tordesilhas.

Tudo feito na ilusão do ouro, “de uma raça e um novo tipo étnico, convergindo numa ideia fixa, avassaladora. Ouro, ouro, ouro” (PRADO, 1997, p. 107). Segundo Prado, a obsessão compulsiva pelo metal se infiltrava de tal maneira na mentalidade do homem, que poderia ser caracterizada como uma “loucura coletiva”. Dois séculos se passaram desde o início do povoamento, mas os esforços na caça ao eldorado haviam sido inúteis. O duplo “ânsia de riqueza, ambição insatisfeita” propiciou o ambiente favorável para o desabrochamento da tristeza. As jazidas encontradas no final do século XVII, em Minas Gerais, só terminaram por acarretar um “novo drama”.

Prado diz que a economia brasileira estagnou devido aos montantes populacionais que foram para as minas na intenção de fazer fortuna. “E rapidamente o país se despovoava” (PRADO, 1997, p. 121). Nada mais se produzia, faltava mão de obra nas lavouras e os alimentos já eram insuficientes. A população perecia de fome. Os escravos eram jogados às lavas na caça às aluviões. Todo tipo de gente se aglomerou em Vila Rica (brancos, pardos, índios e pretos), estrangeiros chegavam como nunca visto anteriormente, a mestiçagem se intensificava e os bons costumes eram corrompidos. Nessa conjuntura, “homens de reputada prudência (...), rapidamente transformavam a avareza em prodigalidade” (PRADO, 1997, p. 117)

O ouro significou o luxo, a ostentação e o esbanjamento das elites coloniais e metropolitanas. Além de ter enriquecido traficantes, a exploração desmedida rapidamente provocou o esgotamento das lavas. Então, a região mais rica da colônia iniciou sua derrocada e “ao findas esse século [XVIII], era, porém, desoladora a situação da capitania” (PRADO, 1997, p. 125). O que restara como herança fora a obra de Aleijadinho, “único” artista nacional, um tipo mestiço que, ao ser descrito, ia ao encontro do interesse de Paulo Prado em romper com o academicismo.

O terceiro capítulo do *Retrato* é dedicado a expressão da tristeza, sendo esta o resultado da soma entre luxúria e cobiça, como paixões desenfreadas, que, juntamente, com o mal romântico elaboravam o cenário melancólico e estático da nação.

Fato é que a debilidade do Estado Português somava-se a “dissolução dos costumes”. O colonizador era dominado por dois sentimentos tirânicos: o sensualismo e

a paixão do ouro. O primeiro agia no esgotamento físico e mental, já o segundo o extenuava pela fascinação materialista, causando-lhe a doença do espírito. Assim, “na luta entre esses apetites – sem outro ideal, nem religioso, nem estético, sem nenhuma preocupação política, intelectual ou artística – criava-se pelo decorrer dos séculos uma raça triste” (PRADO, 1997, p. 140).

Prado anunciou o sintoma da tristeza, a qual se estendia por todo o território brasileiro, como proveniente do intenso cruzamento das raças, já que o mestiço (concepção evolucionista) estava mais propenso aos vícios e as doenças. Agindo na engrenagem desse processo estavam o clima e a cultura deformada, que desprendia o homem da terra, “a sociedade como simples aglomerados de moléculas humanas” (PRADO, 1997, p. 147), onde o índio era o selvagem, o mestiço a amálgama e o negro a própria “aparência sombria e tristonha” da cidade, corrompendo o melhor da sociedade, envenenando a formação da nacionalidade, dissolvendo o caráter social - “os escravos eram terríveis elementos de corrupção no seio das famílias” (PRADO, 1997, p. 154) -, promovendo a promiscuidade e a depravação.

De acordo com Paulo Prado, o Rio de Janeiro era o foco da gente desagradável e da proliferação de doenças. Já em São Paulo, com saída dos bandeirantes de cena, haviam sobrado apenas os elementos ruins da capitania.

Pinta-se, assim, o retrato da tristeza brasileira. As cores da cobiça e da luxúria compõem um cenário, cujo resultado expressava a interpretação do Brasil quatrocentos anos após a conquista, um “corpo amorfo” e uma “vida vegetativa”.

O romantismo, “natural num país inculto”, fortalecera o caráter melancólico do povo brasileiro. As condições provincianas e atrasadas das cidades brasileiras, especialmente, no caso de São Paulo, cujas condições do meio e da geografia tornaram-na centro irradiador do romantismo, terminando por espalhar pelo país “a hipertrofia da imaginação e a exaltação da sensibilidade” (PRADO, 1997, p. 179).

Paulo Prado chegava, então, ao panorama do que se pretendia como Brasil, enquanto identidade nacional. Se sua intenção era chocar, esta foi atingida, tendo em vista larga repercussão no meio intelectual. Acusado de pessimismo, respondeu em carta ao seu filho, “mas o meu livro é otimista (...), do otimismo do médico que quer curar, ou do cirurgião” (PRADO, 1997, p. 218). Diversas foram às impressões sobre o *Retrato*, criticado pela atitude generalizante, quando João Ribeiro dizia que era “apenas um dos aspectos verdadeiros, mas incompletos”. Thomaz Pompeu, em artigo publicado na revista do Instituto Histórico e Geográfico do Ceará, em 1929, atestara “o aspecto

sorumbático dos habitantes”, porém, “a tristeza brasileira nunca foi, nem é um facto generalizado” (POMPEU, 1929, p. 241).

Oswald de Andrade se reportou ao livro como o “glossário histórico de Macunaíma”. O herói sem nenhum caráter de Mário de Andrade (Macunaíma) simbolizava o reflexo da nação, pois sua ausência de moralidade, sendo caracterizado pela malícia, preguiça, sensualismo e individualismo, faziam dele o resultado confuso da influência de várias culturas.

Hermes Lima evidenciou no *Retrato* o “brado de alerta”, acentuando o tom crítico da obra em relação à corrupção política. Nesse sentido, foi que Prado desenvolveu seu *post-scriptum*, definindo o *Retrato* como um “quadro impressionista”, analisando o povo brasileiro pela mestiçagem compulsiva, não apenas no que se refere a questão biológica, mas aproximando-se da mistura de costumes, pois “aqui a luxúria e o desleixo social aproximaram e uniram raças” (PRADO, 1997, p. 190)

Nesse tom, Prado sentencia a formação inferiorizada da sociedade, com vistas ao papel exercido pela escravidão. Quanto a psique, teria sido profundamente marcada pelas paixões coloniais, somadas aos desvarios do mal romântico, desenvolvendo o individualismo reinante no país. O Brasil não se libertara do passado colonial, “(...) O Brasil, de facto, não progride: vive e cresce, como cresce e vive uma criança doente, no lento desenvolvimento de um corpo mal organizado” (PRADO, 1997, p. 199). Segundo ele, no Nordeste imperava o “fanatismo” religioso, enquanto no Sudeste o progresso se fazia à custa da exploração estrangeira, num ambiente de ineficiência e corrupção da administração pública.

Paulo Prado ilustrou psicologicamente o porquê da apatia e da estagnação do país. Luxúria e cobiça se alastraram ante o mal da mestiçagem, a melancolia passou a reger a falência física e moral do país. Justiça corrompida, economia valorizada artificialmente, deterioração dos transportes e desorganização do exército. Haviam duas alternativas para se evitar o esfacelamento da nação: a guerra ou a revolução. Contudo, para finalizar o livro, Prado deixar transparecer sua esperança sobre o futuro do país, já que “não pode ser pior do que o passado” (PRADO, 1997, p. 212).

Bibliografia

BERRIEL, Carlos Eduardo O (2000). *Tietê, Tejo, Sena: a obra de Paulo Prado*. Campinas: Papirus.

FREITAS, Marcos Cezar (Org) (2003). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto.

MOISÉS, Massaud (2001). *História da Literatura Brasileira: Modernismo*. São Paulo: Cultrix.

POMPEU, Thomaz (1929). “Retrato do Brasil. Pequenos Retoques”. In: *Revista do Instituto do Ceará*, ano XLIII, p. 241.

PRADO, Paulo (1997). *Retrato do Brasil. Ensaio sobre a tristeza brasileira*. São Paulo: Cia das Letras.

SEVCENKO, Nicolau (1989). *Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense.

SCHWARZ, Lilia Moritz (1993). *Espetáculo das Raças. Cientistas, instituições e pensamento racial no Brasil (1870 – 1930)*. São Paulo: Cia das Letras.